

GVPesquisa

Relatório Conexão Local

Movimento de Mulheres em São Gonçalo

Gustavo Ruiz Rodrigues
Leticia Aimi Ohara

Orientadora: Eliane Barbosa da Conceição

Outubro /2010

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DE SÃO GONÇALO	4
3. MOVIMENTO DE MULHERES EM SÃO GONÇALO (MMSG)	5
3.1. HISTÓRICO.....	5
3.2. O MMSG ATUALMENTE	7
3.3. PROJETOS	7
3.3.1. Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos em São Gonçalo (NACA).....	8
3.3.2. Núcleo Especial de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência em São Gonçalo (NEACA) 10	
3.3.3. Rede de Apoio	11
3.3.4. Curso de Alternativas Alimentares.....	12
3.4. RELAÇÕES INTRA-ORGANIZACIONAIS.....	13
4. RELAÇÕES EXTERNAS	13
4.1. CONSELHOS MUNICIPAIS	13
4.1.1. Conselho Municipal de Direito das Mulheres (CMDM).....	14
4.1.2. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	14
4.1.3. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).....	14
4.2. COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESCENTE E MULHERES	14
4.3. CENTRO ESPECIAL DE ATENDIMENTO À MULHER – ZUZU ANGEL (CEOM)	15
4.4. SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	16
5. RELAÇÕES INFORMAIS DO MMSG.....	16
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
7. BIBLIOGRAFIA.....	17

1. Introdução

Este relatório tem como base a pesquisa que realizamos junto ao “Movimento de Mulheres em São Gonçalo” (MMSG). Nosso principal objetivo foi analisar sua atuação, dando maior enfoque aos projetos que executa e à relação que estabelece com outras organizações da sociedade civil e órgãos públicos. Para isso, visitamos a Movimento por três semanas, para entrevistar pessoas a ele ligadas (funcionários, usuários, colaboradores e outros) e participar tanto de suas reuniões internas, com os profissionais dos projetos, como das assembleias de Comissões e Conselhos nos quais o MMSG possui assento. Conseguimos, nesse período, entender, não a totalidade, mas os traços gerais a respeito do funcionamento interno da organização e analisar, por meio dos relatos de pessoas da região, a importância que o Movimento possui no município. É isso que mostraremos em nosso relatório.

A pesquisa constou de duas partes. A primeira tinha como foco conhecer, ao máximo, a rotina da organização e o funcionamento de alguns de seus projetos, enquanto a segunda destinava-se a estudar mais sobre a atuação do MMSG no município de São Gonçalo, ou seja, suas relações externas e influência política na região. Diante disso, na primeira parte da pesquisa, participamos de reuniões com os profissionais dos seguintes programas: NEACA (Núcleo Especial de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência em São Gonçalo), NACA (Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos em São Gonçalo), Rede de Apoio, Curso de Alternativas Alimentares e Reunião de Associadas. Devido à multiplicidade de projetos que o MMSG administra, tivemos que selecionar aqueles que nos pareceram de maior importância para a organização. Porém, caso o leitor deseje conhecer os demais projetos executados pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo, esses podem ser visualizados no site da organização¹.

Para a segunda parte da pesquisa, entrevistamos pessoas de outros órgãos que se relacionam com o MMSG, como a Sra. Lucimare Sobral Passos, atual coordenadora do Centro Especial de Orientação à Mulher – Zuzu Angel (CEOM), programa do Município de São Gonçalo que tem como objetivo atender mulheres vítimas de violência. Essa entrevista nos possibilitou conhecer a história da luta pelos direitos das mulheres no Município, e a influência do MMSG na ampliação dessa discussão e na formulação de políticas públicas que visam garantir direitos a essa parcela da população. Pudemos, também, descobrir que a expressão “rede”, utilizada por diversos profissionais com os quais conversamos, significa a relação existente entre os órgãos públicos e organizações sociais que, embora sejam entidades independentes, compartilham um objetivo comum. Assim, além de conhecer algumas das entidades que compõem as “redes” em que o MMSG atua, vimos também qual é a função da organização em cada uma delas. Isso foi possível devido à nossa participação nas reuniões dos seguintes organismos: da Comissão de Enfrentamento a Violência da Criança, Adolescente e Mulheres; do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Além disso, realizamos entrevistas com profissionais do Conselho Tutelar e do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Por fim, um evento que também nos possibilitou perceber a importância política que o MMSG possui no município foi que, no período de nossa visita de campo, a organização recebeu a visita de um deputado federal, candidato a Governador do Estado do Rio de Janeiro, que foi ao MMSG para participar da reunião das mulheres associadas, com o objetivo de melhor conhecer as ações do Movimento.

¹ <http://www.movimentomulheressg.com.br/projetos.html>

Faremos uma breve introdução do contexto político e socioeconômico do município de São Gonçalo, evidenciando as características que, segundo nos pareceu, mais afetam as ações do MMSG na região. Depois descreveremos os projetos que estudamos, detalhando seus traços mais importantes, para que o leitor possa visualizar as principais áreas de atuação da organização. Introduziremos também algumas entidades que compõem as “redes” em que o Movimento está inserido, preferencialmente, mas não exclusivamente, aquelas com cujos representantes pudemos conversar, e analisaremos as relações que essas organizações estabelecem entre si. As principais redes nas quais o Movimento participa são: Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e Rede de Proteção à Mulher. Cada uma é formada por todas as organizações que atuam nas respectivas áreas. Na Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente abordaremos as seguintes organizações: Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Já na Rede de Proteção à Mulher, as seguintes: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), CEOM e Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. O Ministério Público; órgãos da Justiça Estadual e Federal, como a Vara de Família, por exemplo; o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Conselhos Municipais diversos, entre outros, são também instituições que fazem parte dessas redes, não foram, porém, objeto de nossas investigações.

2. Contexto Político e Socioeconômico de São Gonçalo

A cidade de São Gonçalo está localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, a 20 km da capital fluminense, ocupa uma área igual a 251 quilômetros quadrados atravessada pelas duas principais vias de acesso ao Norte do Estado: a Rodovia Amaral Peixoto que se divide nas RJ-104 e RJ-106 e a Niterói-Manilha integradas ao sistema BR-101. Limita-se, ao Norte, com Itaboraí e a Baía de Guanabara; ao Sul, com Maricá e Niterói; a Leste, com Itaboraí e Maricá a Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói, segundo a Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano de 2009, o IBGE estimou uma população igual a 991 382 habitantes – embora alguns moradores e pesquisadores acreditem que esse número esteja subestimado e que o município possua aproximadamente 1,3 milhões de habitantes. De toda a forma, mesmo levando em consideração a estimativa do IBGE, São Gonçalo é a segunda cidade mais populosa do estado. Segundo dados disponíveis na página da Prefeitura Municipal, há uma predominância de pessoas que se autodeclararam brancas, representando 53,1% da população, contra 45,9% de afrodescendentes, e o número de católicos, que chega a 49% da população, é superior à soma dos praticantes de outras religiões. O PIB per capita é de apenas R\$7763,00 (IBGE/2007), e o IDH é de 0,782 (PNUD/2000), ocupando a 22ª colocação no ranking entre as cidades do Estado do Rio de Janeiro (RAMOS, 2009).

Durante as décadas de 1940 e 1950, a cidade de São Gonçalo tornou-se um dos principais centros industriais do país, atuando nos campos da metalurgia, transformação de materiais não metálicos (cimento, cerâmica e outros), químicos, farmacêuticos, papel e produtos alimentares, o que lhe rendeu o apelido de “Manchester Fluminense”. Nessa época a taxa de desemprego local era extremamente baixa, o que contribuiu para que se iniciasse um forte fluxo migratório do Nordeste e de outras partes do estado, devido à localização estratégica da cidade, próxima à capital federal e à capital estadual (MENDONÇA, 2007), que na época eram Rio de Janeiro e Niterói, respectivamente. No entanto, quando os migrantes chegavam eram surpreendidos pela falta de infraestrutura local e se instalavam de maneira inadequada.

Após os anos 1950, os incentivos fiscais dos demais estados tornaram-se mais atrativos e começou um período de forte desindustrialização da região, agravado pela mudança da capital federal para Brasília em 1960. A partir desse período, acentuaram-se os problemas sociais da cidade, uma vez que existia um grande contingente de desempregados em uma cidade sem estrutura de educação, saúde e habitação. Esse cenário permaneceu até meados dos anos 1990, quando a situação macroeconômica do país possibilitou o aumento do poder de compra da população e, conseqüentemente, o desenvolvimento do comércio. Desde então a cidade tem atraído grandes hipermercados, *shopping centers* e grandes redes de varejo (MENDONÇA, 2007).

Nos últimos anos, a característica de “cidade dormitório” foi muito intensificada no município, assim, a maioria da população local trabalha no Rio de Janeiro ou em outras cidades vizinhas, confirmando a pouca atratividade econômica local e a grande informalidade da economia. Apesar de uma aparente melhora nos índices de consumo local, a infraestrutura continua sendo precária porque não existe uma atividade econômica intensa, o comércio, maior atividade econômica da região, é formado por grandes redes multinacionais, fazendo com que os recursos não permaneçam no município. Fatores esses que culminam em pouca arrecadação tributária e dificuldades na gestão dos programas municipais, como saúde, educação e assistência social (MENDONÇA, 2007).

3. Movimento De Mulheres Em São Gonçalo (MMSG)

3.1. Histórico

As condições do município de São Gonçalo, descritas anteriormente, contribuem para que sua população enfrente problemas que, apesar de não serem exclusivos da pobreza, têm nessa variável uma fonte de agravo. Assim, é comum entre as mulheres problemas como: dupla jornada de trabalho, gravidez prematura, violência doméstica etc. O MMSG teve sua origem quando um grupo de mulheres passou a se questionar sobre as dificuldades encontradas pela simples questão de nascer mulher e passaram a discutir sobre suas condições, na tentativa de encontrar soluções para seus problemas derivados da questão do gênero. Esse grupo decidiu se reunir periodicamente com o objetivo de ajudar a si mesmas e suas co-cidadãs a terem uma melhor qualidade de vida. A primeira reunião ocorreu no dia 08 de março de 1989 e mulheres começaram a se reunir, ainda informalmente, para lutarem pelos direitos humanos da mulher. Somente em 1991, o grupo se constituiu em organização não-governamental. Dessa forma, o Movimento de Mulheres em São Gonçalo ganhou personalidade jurídica, passando a ser oficialmente uma organização da sociedade civil. Com o tempo, o grupo foi crescendo e mais mulheres começaram a se envolver nas discussões, fazendo com que aquele espaço não servisse apenas para discutir as questões de gênero, mas também para acolher demandas de mulheres que precisavam de algum amparo, moral ou material, para si mesmas ou para seus filhos e familiares. A maioria delas era muito simples, muitas possuem, no máximo, o ensino médio e tinham dificuldades financeiras, e chegaram ao Movimento devido à proximidade com alguma de suas integrantes. O que atraía as mulheres para o Movimento era a semelhança que viam naquelas que já estavam na organização, as mesmas condições de vida, os mesmos problemas e as mesmas dificuldades encontradas para conseguir ajuda. A vontade de realizar mudanças se espalhava e cada vez mais o MMSG se unia para que os obstáculos encontrados pela organização não comprometessem os resultados almejados. Essa história nos foi relatada em uma conversa que tivemos com duas mulheres, membros fundadoras do MMSG e que a ele permanecem afiliadas até os dias de hoje. Dona Luzia e Dona Irene se lembram das dificuldades encontradas no início da organização, comentando que a falta de recursos, muitas vezes, impedia a continuidade das atividades das mulheres. O maior exemplo que recordam era a falta de espaço físico para se reunir, o que as levava a fazer suas reuniões, muitas vezes, debaixo de árvores. Assim, uma simples chuva, por exemplo, era responsável por adiar os planos da entidade. Além disso, o MMSG não podia ser a prioridade daquelas mulheres, pois elas necessitavam sustentar suas casas e filhos, o que fazia com que as dificuldades que encontrassem em suas vidas privadas afetassem diretamente a organização. Pudemos perceber que uma característica do Município de São Gonçalo foi muito importante para que o MMSG ganhasse força entre a população. Acreditamos que o fato de o município ter muitos habitantes e pouca infraestrutura contribuiu para que população local desenvolvesse certo ‘senso de colaboração’, ou seja, a rede de relacionamento das pessoas é muito ampla, fazendo com que seja frequente duas pessoas terem muitos conhecidos em comum, o que conta na hora em que se precisa um do outro. Somado a isso, temos que a simplicidade do Município é reflexo de uma população semelhante, ou seja, não existem grandes contrastes sociais e materiais entre a população. Tudo isso resultou na facilidade para que se disseminassem entre a população as informações sobre o MMSG e, em seguida, a adesão da população ao Movimento.

Em nossa conversa com essas mulheres, elas também destacaram a importância que Marisa Chaves de Souza teve na história do Movimento de Mulheres em São Gonçalo. A assistente social, que é uma das fundadoras do Movimento, também foi uma das grandes responsáveis por sua expansão, pois divulgava seus objetivos para a população de São Gonçalo e convencia as pessoas a participarem. Com o aumento de membros participando das

discussões, Marisa começou a trazer informações para essas mulheres sobre a questão do gênero, por meio de palestras, cursos e atividades. Com isso, as mulheres começaram a ter mais motivação para defender seus direitos como cidadãs. Pudemos perceber que aquelas mulheres simples foram ganhando força e voz no município, devido ao MMSG e, por isso, a organização passou a ter uma grande importância em suas vidas. Alguns projetos foram criados, como o curso de alternativas alimentares, mas a grande característica do MMSG nessa fase inicial era a militância, a luta por políticas públicas para mulheres. Isso se tornou cada vez mais possível à medida que as associadas passaram a somar ao conhecimento de suas vivências anteriores o novo conhecimento que o MMSG lhes estava proporcionado. Com o passar do tempo, perceberam que tinham, a partir de suas vivências, um amplo conhecimento tanto das dificuldades como das necessidades da população gonçalense e, ao mesmo tempo, um acúmulo intelectual sobre a questão do gênero, apreendido no Movimento. A soma dos dois lhes dava mais força para a luta e fundamento para as suas demandas.

Ao longo dos anos e, certamente, também como consequência de sua formação profissional, Marisa Chaves ganha destaque. Ela criou projetos, captou recursos e, juntamente com outras associadas, coordenou as atividades desenvolvidas. O forte espírito militante dessas mulheres resultou em grande visibilidade do MMSG no município. Além disso, o MMSG, muitas vezes na figura de Marisa Chaves, também obteve como resultado um aumento de sua influência política e, ao unir os dois ganhos, possibilitou uma maior pressão sobre o poder público para a adoção de políticas públicas para as mulheres. Como se verá mais adiante, a criação da Subsecretaria de Políticas para as mulheres e a adoção do CEOM como uma política pública do município, em 1997, são os maiores exemplos das conquistas que o MMSG conseguiu com toda a influência política e pressão social.

À medida que suas primeiras demandas iam sendo atendidas, abria-se um espaço para que novos projetos fossem criados, fazendo frente às novas questões que se apresentavam. Isso trouxe como consequência uma dupla função para a organização: a luta pelos direitos das mulheres, por meio da militância, e a execução de programas voltados para a população de São Gonçalo. Com essas duas funções, o objetivo da organização foi ampliado. Lutar pela materialização dos direitos constitucionalmente estabelecidos, para a população gonçalenses, passou a ser o seu objetivo. Atualmente, seguindo nesse propósito, o MMSG concentra sua atenção na execução de seus programas, possui, no entanto, um setor de desenvolvimento de projetos, coordenado por Marisa, que busca criar novos projetos para as novas demandas que sempre se apresentam.

Com relação aos colaboradores, hoje, o MMSG conta com dois tipos diferentes: os voluntários e os profissionais. É possível notar que estes últimos foram rigorosamente selecionados e são continuamente capacitados para desenvolver suas funções junto aos projetos da entidade. Entre os voluntários estão as associadas e associados e as membros fundadoras, que, como foi dito anteriormente, em sua maioria são pessoas mais simples e que não possuem a formação profissional necessária para atuarem diretamente nos projetos desenvolvidos pela organização, pois, como será visto mais adiante, o MMSG desenvolve projetos muito especializados, nos quais geralmente operam profissionais da área de serviço social, educação, psicologia, direito e recreação. O Movimento, porém, preserva o espaço daquelas mulheres de visão e apurado senso de justiça, promovendo a “Reunião das Associadas”, um encontro semanal em que membros fundadoras e demais associadas e associados se encontram para participar de alguma atividade, como leitura de um texto, dinâmicas de grupo, discussão de algum assunto etc. Geralmente os temas e as atividades são coordenados por funcionárias e diretoras do MMSG. Apesar de poucos, existem alguns homens que vão às reuniões, porém a grande maioria é mulheres com uma idade mais avançada. É por meio desses encontros que as mulheres que participaram da história do MMSG permanecem presentes na organização e que novas associadas encontram um espaço para colaborar com o Movimento independentemente da condição social ou intelectual. Cabe esclarecer que são associados ao MMSG todos os que contribuem com uma taxa simbólica de R\$5,00 por mês. O ser associado, no entanto, não é condição necessária para a participação na Reunião das Associadas. De fato, qualquer pessoa que tiver interesse pode participar gratuitamente das reuniões.

3.2. O MMSG Atualmente

À medida que o tempo passava, o MMSG ampliava a sua área de atuação e, assim, novos projetos, em áreas diferentes daquela de sua área atuação inicial (gênero), eram criados, projetos que serão explicados mais adiante. A criação desses projetos impossibilitou a coordenação das atividades por um grupo único. Assim, cada projeto possui, de maneira informal, um (a) supervisor (a) e um (a) coordenador (a) próprio (a). Além disso, existem 10 diretoras que são responsáveis pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo. Para controlar as atividades da organização as Diretoras fazem uma reunião mensal. Nessa reunião são discutidas as questões internas, como andamento dos programas, agenda, custos, etc. Também participam dessas reuniões Marisa Chaves, pois é ela a coordenadora geral e a responsável técnica de todos os projetos da organização, e o Conselho Fiscal, composto por três membros. Assim, participam da reunião as Diretoras, Marisa Chaves, o Conselho Fiscal e, eventualmente, algumas pessoas que são convidadas pelas Diretoras a participar. A diretoria e o Conselho Fiscal são compostos por:

Diretora Executiva: Oscarina Souza Siqueira
Vice-Diretora Executiva: Selma da Rocha Cardozo
Diretora Financeira: Estelina Maximo Bispo
Vice-Diretora Financeira: Elisabeth Gomes da Luz
Diretora Administrativa: Jane Rodrigues Ramos
Vice-Diretora Adm.: Lívia de Souza Gaspary
Diretora de Divulgação e Mobilização: Marlene Marques Carvalho
Vice-Diretora de Divulgação e Mobilização: Eliete Soares Cunha
Diretora Sócio Cultural: Esther Silva de Almeida Alcântara
Vice-Diretora Sócio Cultural: Elinéa Campinho
Conselho Fiscal: Irene Fernandes da Silva, Marlene da Silva Costa e Júlia Efigênia Ramos da Silva.

Uma característica importante da diretoria do MMSG é que ele é composto por mulheres que, em sua grande maioria, estão presentes na organização desde sua fundação. Assim, são mulheres que vêm acompanhando o MMSG durante seus 21 anos de história e, assim, participam em peso da Reunião das Associadas.

O MMSG se constitui atualmente como uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que executa programas e projetos em diferentes áreas relacionadas à luta pela garantia de direitos sociais. O MMSG não possui uma captação de recursos institucional, mas sim uma captação por projetos. Isso significa que a organização não possui fonte de recursos para si, mas sim capta recursos para seus projetos. Assim, cada projeto tem um método único de obter os recursos financeiros necessários para sua execução e parceiros específicos, dependendo do contrato do projeto. Para facilitar a compreensão sobre os recursos financeiros, humanos e parceiros de cada projeto, essas rubricas serão explicados nas descrições individuais dos projetos.

O MMSG possui sob sua responsabilidade quatro casas em que seus projetos são executados. Três delas são financiadas pelo financiador do projeto NACA e uma é financiada pelo patrocinador do projeto NEACA. Apesar de serem financiadas para a execução dos projetos específicos, duas das casas (São Gonçalo) funcionam como “sede” do MMSG. Assim, é nessas casas em que a maioria das atividades e alguns projetos do MMSG são realizados.

3.3. Projetos

Como já falamos, os programas atuais que o MMSG executa abrangem diversas áreas, como Direito das Crianças e Adolescentes, Saúde e Educação. Muitas das novas demandas foram decorrentes da situação política e socioeconômica do município de São Gonçalo, que traz em seu cenário a falta de recursos da população e a deficiência na prestação de alguns serviços públicos básicos. Projetos na área da Criança e do Adolescente, por exemplo, são demandados por muitas mulheres que enfrentam a questão da violência contra seus filhos e não sabiam, como também não tinham, a quem recorrer.

3.3.1. Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Maus Tratos em São Gonçalo (NACA)

O NACA é um programa do Governo do Estado do Rio de Janeiro que trabalha com casos de suspeita de violência doméstica e intrafamiliar contra crianças e adolescentes. O termo violência doméstica e intrafamiliar é utilizado para especificar o ato de violência praticada por agressor que more junto com a criança/adolescente ou que possua uma relação de convivência muito próxima com a vítima, como é o caso de vizinhos, padrastos, tios etc. A FIA (Fundação para a Infância e Adolescência), órgão da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pelas onze unidades do NACA no Estado e é ela que destina verba à execução do projeto. O MMSG conseguiu, por meio de um processo licitatório, a administração de três unidades: São Gonçalo, Araruama e Niterói. O MMSG recebe, assim, uma verba da FIA para a remuneração dos profissionais, do espaço físico e de todo material utilizado no projeto. A FIA desenvolveu e determina a metodologia a ser utilizada nos NACA e a instituição administradora tem apenas a responsabilidade pelo gerenciamento do programa. O MMSG tem uma preocupação em manter suas unidades alinhadas, em termos de atendimento aos usuários e relacionamento com as demais organizações da rede de proteção. O projeto NACA tem um respaldo legal que garante a continuação do projeto dentro de determinado e após a data estipulada a organização administradora deverá vencer o processo licitatório novamente para continuar executando o projeto.

Funcionamento

A maneira mais comum de um caso chegar ao NACA é através de um encaminhamento dos órgãos da Rede de Proteção a Crianças e ao Adolescentes, quando existe uma suspeita de violência intradoméstica. Porém, existem pessoas que procuram diretamente o NACA e, quando isso ocorre, a equipe técnica avalia o caso para ver se é apto ao NACA. Ao receber um caso, os profissionais estudam a denúncia e dão início aos atendimentos individuais, feitos por profissionais da área de assistência social, psicologia e advocacia. O objetivo desses atendimentos é conhecer um pouco mais a história da família, da criança e o contexto em que a possível agressão ocorreu e/ou oferecer às partes as orientações necessárias.

Existem dois atendimentos diferenciados: um para as crianças e outro para os adultos. Os adultos envolvidos nos casos de suspeita de violência são chamados para atendimentos individuais com os profissionais das áreas de psicologia e assistência social. Geralmente, o adulto mais próximo da criança, aquele que fez a denúncia e o suposto agressor são as pessoas chamadas para os atendimentos. O objetivo é conhecer todos os envolvidos que convivem com a criança e ver o que cada um tem a declarar sobre o caso. Esses atendimentos são essenciais em casos de falsas denúncias, casos que serão explicados mais adiante. Já o atendimento das crianças é feito de maneira lúdica e informal, pois não existe a intenção de pressioná-las para que elas contem se houve ou não um abuso. A sala para o atendimento infantil conta com brinquedos para que a criança se sinta à vontade, e quem faz o atendimento é um dos psicólogos da organização, que procura criar um vínculo com a criança. O objetivo é fazer com que a criança se sinta confiante naquele espaço e comece a agir de forma natural. O psicólogo analisa se existem, no comportamento da criança, indícios de que ela sofreu uma violência ou se ela traz “algo” para o atendimento, algum comportamento ou fala sobre a possível agressão. Os profissionais do NACA acreditam que fazer um questionamento direto para a criança, perguntando se houve ou não o abuso, não é um método seguro, pois quando a criança cria um vínculo com o profissional ela pode se sentir compelida a falar o que acha que a psicóloga quer ouvir, visto que a afinidade faz com que a criança queira agradar o profissional. Além disso, essa metodologia de questionamento direto, segundo as psicólogas do NACA, pode causar um trauma na criança que sofreu abuso, pois ela lembrará e revivenciará o fato.

A previsão, feita pela FIA, é de seis a doze atendimentos para cada usuário, mas existem casos mais complexos em que ultrapassaram esses doze atendimentos. Ao final dos atendimentos, os profissionais fazem um psicodiagnóstico e emitem um relatório final que deve indicar se o caso é “conclusivo para o abuso” ou “inconclusivo para o abuso”, ou seja, se há indícios ou não de que a criança tenha sido violentada. Esse relatório não é decisivo, pois trabalham somente com a subjetividade da criança, mas tem a importância de um laudo. Ele

é encaminhado ao Conselho Tutelar, ao órgão que encaminhou o caso para o NACA e às demais instituições da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente que sejam competentes para tratar do caso.

Equipe Técnica

Existe uma supervisora técnica do NACA que tem a função de alinhar as três unidades do NACA que são administradas pelo MMSG. Assim, a supervisora Priscila vai uma vez por semana em cada NACA para ter uma reunião com os profissionais. Nessa reunião são discutidos os casos mais relevantes que estão em andamento e Priscila tem a função de orientar essa discussão, para auxiliar e analisar os técnicos de como proceder. Esse é um momento de diálogo, em que as profissionais tiram eventuais dúvidas. Pudemos participar de duas reuniões, NACA SG e NACA NITERÓI, e percebemos que a qualificação dos profissionais do NACA é muito útil, e até essencial, para a execução do programa e a supervisão técnica ajuda muito os profissionais em casos mais difíceis e que requerem mais atenção. A qualidade encontrada nos profissionais se deve ao fato de todos terem passado por uma entrevista realizada pessoalmente por Marisa Chaves e Priscila.

As falsas denúncias, costumeiramente, são casos em que desentendimentos familiares levam uma das partes envolvidas a inventar uma situação de agressão para culpar a outra. Quando existe uma suspeita de falsa denúncia os profissionais precisam, muitas vezes, intervir em uma briga familiar para que a criança pare de ser usada como “objeto de disputa”. Assim, o conhecimento que a supervisora técnica adquiriu com os diversos casos que já trabalhou facilita a identificação desses casos e ampara os técnicos sem experiência, mostrando como elas devem proceder. Além dessa dificuldade que os profissionais encontram, existe também a “síndrome do segredo”, que é um pacto que o agressor faz com a criança para que ela não conte o ocorrido para ninguém. Isso dificulta o trabalho dos profissionais, pois as evidências, de que a criança sofreu ou não um abuso, se tornam menos perceptíveis. A possibilidade de existência da “síndrome do segredo” faz com que os profissionais precisem estudar o melhor momento para entrevistar o agressor. Em casos extremos, quando o risco de uma nova agressão é muito alto, o NACA intervém para que o Ministério Público, ou os órgãos responsáveis, adotem medidas preventivas.

NACA São Gonçalo

Curiosamente a equipe do NACA SG é composta só por mulheres. O NACA de SG é o mais antigo e, conseqüentemente, o que administra um maior número de casos, 148 atualmente. Sendo o mais antigo, também é o mais bem estruturado e, por esse motivo, suas técnicas possuem uma maior independência. Como a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de São Gonçalo, que será explicada posteriormente, é mais consolidada, o NACA tem uma maior facilidade de interagir com os outros órgãos dessa rede. Uma característica que também facilita o acesso à rede, e até o seu funcionamento, é a existência do NEACA em São Gonçalo, programa do MMSG que será explicado em seguida.

NACA Niterói

Começou a funcionar em março deste ano e, por isso, ainda está “engatinhando”. Participamos da reunião geral e tivemos mais tempo de conversar com as profissionais. Segundo elas uma característica importante que percebem no ambiente de trabalho é que não existem “egos”, pois fazem tudo em conjunto.

NACA Araruama

Começou em fevereiro e abrange oito municípios. A extensão territorial desses municípios é muito grande e o sistema de transporte caro e precário, o que dificulta o acesso da população ao NACA. Além disso, encontram grandes dificuldades quando precisam fazer as visitas domiciliares ou buscar crianças que abandonaram o atendimento no meio. A estrutura dos bairros não ajuda, geralmente as regiões são muito precárias com ruas pequenas e sem nomes. Outra grande dificuldade que vem sendo encontrada pela equipe é que em Araruama a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente ainda não é consolidada e isso dificulta o trabalho do NACA na região, uma vez que a maneira mais comum do NACA receber casos é através do encaminhamento de algum

órgão público, e sem uma Rede fortalecida os outros órgãos públicos não encaminham casos ao NACA. Somado a isso, os técnicos acreditam que a característica de cidade pequena faz com que a questão política afete a qualidade dos órgãos públicos, pois muitos profissionais ocupam cargos devido a uma proximidade pessoal que possuem com alguém “importante” e a maioria dos recursos destinados a esses órgãos se “perdem” no meio do caminho. Assim, a falta de qualidade do serviço, causada pelo nepotismo, e a condição precária, resultante da falta de recursos, trazem dificuldades para o fortalecimento da rede. Para a equipe do NACA, isso se mostra evidente quando é necessário encaminhar os casos para outros órgãos. Como a maioria da equipe trabalhou ou trabalha em outros órgãos da rede (CREAS, Conselho Tutelar, etc) a solução que encontram para o problema é, nos casos mais graves, fazer um contato direto com um profissional do órgão necessário, evitando a burocracia de somente encaminhar o caso. Com todas essas dificuldades a supervisão técnica está sendo essencial para ajudar no crescimento do NACA Araruama.

A equipe do NACA Araruama ainda encontra uma forte resistência da população local, pois, segundo eles, as pessoas daquela região não estão acostumadas a ter movimentos organizados como o MMSG e, nos municípios em que o NACA Araruama atua, a imagem do próprio Movimento não é consolidada. Assim, existe uma resistência em fazer a comunidade aderir ao programa, principalmente por parte das escolas. Para tentar reverter a situação e trazer credibilidade ao NACA, a equipe estava planejando um seminário, que ocorreria em agosto, com nomes de referência na área da violência contra a criança e o adolescente, esperando despertar o interesse da população para o tema.

3.3.2. Núcleo Especial de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência em São Gonçalo (NEACA)

O NEACA foi criado quando o MMSG percebeu a necessidade de oferecer uma atenção especial às crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência doméstica ou intrafamiliar. A proposta é dar continuidade ao trabalho realizado pelo NACA. No período anterior ao NEACA, quando o psicodiagnóstico emitido pelo NACA era conclusivo para o abuso, a criança era encaminhada a diversos órgãos da rede de proteção, mas esses, na maioria das vezes, só abordavam a questão da violência, devido às exigências jurídicas e suas questões legais. Assim, a criança não recebia acompanhamento ou tratamento e, além disso, a questão da violência não era trabalhada com esses jovens e suas famílias. Esse hiato chamou a atenção do MMSG, fazendo com que Marisa Chaves desenvolvesse o projeto NEACA para que ele tivesse a característica de ser o “ponto final” da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Assim, seu principal objetivo é reduzir os resíduos psíquicos e físicos causados pelas agressões a crianças e adolescentes. Segundo Marisa, a prefeitura não disponibiliza esse serviço público aos jovens gonçalenses. O NEACA ganhou um papel importante na rede, pois possibilita um encaminhamento direto do NACA, assim que comprovado a violência a pessoa já é encaminhada para o NEACA.

O MMSG entrou em um concurso com o projeto e ganhou o patrocínio da Petrobrás. Essa é responsável por destinar a verba dos funcionários, dos materiais e do espaço físico para a execução do NEACA. Quando estávamos lá, pudemos presenciar a dificuldade que a equipe possuía pela dependência financeira, pois o contrato com a Petrobrás estava prestes a terminar e o MMSG precisou buscar outras fontes de financiamento. Apesar de o projeto ser de autoria da Marisa Chaves e, por essa razão, o Movimento possuir o respaldo legal para dar continuidade ao programa, sua execução fica sujeita a financiamento de terceiros; uma vez que Movimento ainda não dispõe de capacidade financeira para arcar com os custos do projeto.

Funcionamento

Quando uma demanda chega ao NEACA, é feita uma triagem para estudar o caso e verificar suas particularidades. Se for comprovada a necessidade de acompanhamento, é aberto um prontuário e iniciam-se atendimentos individuais com profissionais das áreas de assistência social, psicologia, advocacia e pedagogia. Quando os casos não necessitam de acompanhamento, ou quando o assunto não é da competência do NEACA, os profissionais encaminham a pessoa para outro órgão. A metodologia adotada pelo NEACA não visa ao afastamento das crianças de seus agressores, pois os profissionais acreditam que para minimizar os efeitos da

violência é necessário trabalhar com a sua questão cultural e quebrar os possíveis ciclos comportamentais, evitando novas violências. Muitas vezes um agressor também foi agredido quando criança e sempre conviveu em um ambiente violento, passando a ver a violência como algo natural. Assim, os profissionais procuram intervir no ambiente em que a agressão ocorreu para fazer uma desconstrução da violência, ou seja, mostrar que essa “naturalização” não deve ser passada adiante. Essa intervenção é feita por meio dos atendimentos individuais das crianças, familiares e do agressor. Os agressores recebem atendimentos individuais, como qualquer outro familiar, e os psicólogos e assistentes sociais trabalham a questão da violência com ele. Como existe, no NEACA, esse pensamento de que a violência tem que ser trabalhada de maneira coletiva entre os envolvidos, cada prontuário pode atender mais de uma criança vítima de violência, pois crianças que sofreram violência no mesmo ambiente, por exemplo, dois irmãos, fazem parte de um mesmo prontuário. Ao longo da execução do NEACA, os profissionais da área de psicologia perceberam que muitas questões eram recorrentes. Assim, começaram a realizar atendimentos em grupo, em que pessoas semelhantes (pais, mães, adolescentes etc.), de diferentes famílias, discutem e trabalham sobre essas demandas coletivas.

Além dos atendimentos individuais e coletivos, existem também alguns eventos pontuais que são desenvolvidos pelos profissionais, cada um com propósitos e objetivos específicos. No período em que estávamos presentes pudemos participar de dois eventos. O primeiro foi uma panfletagem em uma praça de São Gonçalo, para comemorar o vigésimo aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A panfletagem teve como objetivo divulgar informações sobre a violência contra crianças e adolescentes e, principalmente, disponibilizar para a população informações sobre o ‘como se fazer uma denúncia’. O segundo evento do qual participamos foi de cunho mais cultural, tratou-se de um passeio com as crianças para a Fazenda Colubandê, uma importante referência histórica para o município de São Gonçalo.

Equipe técnica

O programa possui aproximadamente dezessete profissionais, sendo que alguns são estagiários. Todos foram selecionados por um rigoroso processo seletivo, uma espécie de concurso em que os melhores colocados foram aprovados. O NEACA tem Marisa Chaves como coordenadora do projeto e o psicólogo Douglas, como assistente de coordenação. Semanalmente é feita uma reunião com todos os profissionais da equipe, ocasião em que conversam sobre os casos mais importantes e tratam de outros pontos, como *feedback* dos eventos ou planejamento de novas atividades.

3.3.3. Rede de Apoio

A questão, do HIV/AIDS, tanto da prevenção como do tratamento, é uma luta antiga do Movimento, fazendo com que sempre existissem diversos projetos que discutiam e abordavam o assunto. A falta de informação da população a respeito da doença facilitava a sua transmissão. Somado a isso, muitas mulheres foram vítimas do machismo presente na sociedade, pois eram freqüentes os casos em que os maridos/companheiros tinham relações sexuais com outras mulheres, contraíam a doença e passavam para suas mulheres/esposas. Assim, o MMSG procurou alertar a população sobre a doença e ensinar as mulheres a se protegerem. Dentre os diversos projetos já criados o que existe atualmente é a Rede de Apoio.

Criado em 2004 e seu objetivo é dar auxílio às pessoas que possuem a doença HIV/AIDS, solucionar dúvidas e promover debates sobre suas necessidades e dificuldades, para que elas consigam conviver da melhor maneira possível com a doença. Além disso, a questão da segurança sexual é amplamente divulgada. Sabe-se que um dos maiores problemas que agravam os efeitos colaterais dos remédios contra a doença é a má alimentação, sendo a população de São Gonçalo muito simples, é comum que a falta de alimentação seja causada pela falta de dinheiro para a compra de alimentos. Para resolver esse problema o projeto doava cestas básicas completas para seus usuários, porém, para garantir o comprometimento com o programa, só recebia a cesta aqueles que participavam dos grupos de discussão. Eram cinco grupos com: 10 a 12 usuários, um assistente social e um educador. Os grupos eram divididos por gênero, devido à preferência dos usuários, e serviam para acolher as pessoas infectadas para que elas pudessem compartilhar suas dificuldades com os outros e tirar dúvidas sobre a doença e os medicamentos. Esses grupos também tinham a função de auxiliar o usuário em suas relações

peçoais, mais especificamente em como contar sobre a doença para seus familiares e amigos, e era aberto àqueles que quisessem entender mais sobre a doença ou como cuidar do doente. Para ajudar ainda mais os usuários, a equipe da Rede de Apoio procurava profissionais de diversas áreas para serem voluntários do projeto. Assim, quando um usuário tinha uma demanda específica, o MMSG entrava em contato com o profissional cadastrado e esse atendia voluntariamente a pessoa.

Em seu início, o projeto teve financiamento do Ministério da Saúde e uma parceria com o Posto de Assistência Médica de NEVES (PAM-NEVES), o que possibilitava a execução das atividades e um auxílio nos assuntos específicos da doença, porém, por motivos de escassez de recursos do próprio Ministério da Saúde, este parou de financiar o projeto. O MMSG ainda não conseguiu um financiamento para a Rede de Apoio, o que faz com que sua execução ficasse comprometida. Sem verba, não é possível pagar os profissionais para dar continuidade ao programa, porém o programa sobrevive graças ao trabalho voluntário das diretoras Jane Ramos e Esther Alcântara. Sem os recursos necessários para a compra de alimentos, fica sobre a responsabilidade das diretoras conseguirem as cestas básicas. Existem três maneiras de arrecadar os alimentos: projetos e serviços do MMSG; festas e eventos; e penas alternativas. Todos os projetos e serviços organizados pelo MMSG procuram arrecadar alimentos, como os cursos de crochê, bordado, palestras, etc. Outra maneira de se arrecadar alimentos é organizando festas temáticas (folclore, junina etc.), essas festas são organizadas por todo o MMSG e eles procuram parcerias, com os mercados e estabelecimentos da região. Todo o dinheiro arrecadado com a festa vai para a compra de alimentos para a montagem das cestas básicas. Finalmente, eles também conseguem a arrecadação de alimento quando alguém é condenado pela justiça a doar cestas básicas. Assim, as cestas básicas dependem da arrecadação conseguida no mês e são entregues para os usuários mais necessitados (cerca de 30 cestas).

Outra alteração que o programa sofreu é que não existem mais os grupos de apoio, eles foram substituídos por uma atividade mensal. Essa atividade é sempre uma palestra ou uma oficina sobre um tema em que os usuários tenham interesse e, após a atividade, as cestas são distribuídas. Pudemos participar de uma reunião de entrega de cestas em que houve uma oficina de Shiatsu, ensinando os benefícios que a massagem trazia e como deveria ser feita, de modo a aliviar as dores que essas pessoas sentem. A grande diferença entre as atividades atuais e os grupos de apoio de antes é que atualmente não existe a figura de um profissional especializado no projeto, de uma pessoa que possa ajudar os usuários com seus problemas. Assim, o vínculo existente entre usuários e assistentes sociais se rompeu, fazendo com que hoje as pessoas não mais se sintam à vontade para falar abertamente sobre seus problemas. Tivemos a percepção de que alguns usuários, que participaram do grupo de apoio, realmente se envolveram com o MMSG e permanecem envolvidos com o projeto, porém muitos dos usuários atualmente só aparecem no dia da entrega de cestas. Mesmo não sendo o objetivo inicial do projeto, nos parece que atualmente a entrega de comida é a principal função da Rede de Apoio. Ao conversar com as diretoras pudemos perceber que existe um enorme interesse não apenas em auxiliar os usuários a lidar com a doença, mas também de procurar mais ajuda para essas pessoas, mas sem verba isso se torna quase que impossível. Elas próprias trabalham de maneira voluntária, para que o projeto não termine.

3.3.4. Curso de Alternativas Alimentares

É o projeto mais antigo do MMSG. A atual diretora Eliete Cunha, quando vivia na Bahia, participou de uma equipe da Pastoral da Criança, que era responsável por curso de alternativas alimentares. Quando o Movimento de Mulheres surgiu e as discussões sobre a questão da mulher de São Gonçalo começaram, Eliete sugeriu a criação de um curso similar àquele que já conhecia. O objetivo era ensinar a mulheres de baixa renda como aproveitar os alimentos da melhor forma possível e como enriquecer a comida com nutrientes. As mulheres conseguiram que o projeto tivesse uma parceria com a prefeitura de São Gonçalo, mas após algum tempo essa parceria acabou. Naquele momento, Eliete, por motivos pessoais, voltou para a Bahia e as mulheres do Movimento deram continuidade ao projeto. Segundo depoimentos de algumas mulheres, que hoje são associadas ao MMSG, mesmo sem financiamento, o curso não foi descontinuado, pois as associadas arcavam com os custos, elas compravam os alimentos necessários e utilizam seus próprios utensílios de cozinha. Atualmente, o MMSG conseguiu uma parceria com o Shopping de São Gonçalo, que cede o espaço e os utensílios e arca com os custos dos alimentos. Eliete voltou e ministrava as aulas, com ajuda de outras mulheres do Movimento, e a cada

semana traz novidades para ensinar às alunas. Cada mês, vinte vagas são abertas para o público em geral e as pessoas interessadas se inscrevem, a seleção é feita por ordem de inscrição e as alunas participam gratuitamente.

3.4. Relações Intra-organizacionais

Nas três semanas que permanecemos no MMSG pudemos perceber as relações mais importantes que os projetos possuem entre si e com a própria organização. O NACA e o NEACA, por exemplo, são os maiores projetos do MMSG e eles se relacionam de forma direta, devido a característica de o NEACA ser uma continuidade para o NACA. Entretanto, não visualizamos uma grande proximidade dos profissionais dos dois projetos, o que pode ser explicado pelo fato de cada projeto ter seu próprio espaço físico (funcionam em casas diferentes), fazendo com que esses profissionais quase não se comuniquem. Assim, o fato de ambos serem executados pelo MMSG não faz com que eles atuem de forma integrada, existindo uma distinção muito clara entre cada projeto. Uma semelhança que vale a pena ser ressaltada é que ambos os projetos contam com profissionais qualificados e especializados para realizarem suas tarefas e todos esses profissionais são remunerados.

Já o projeto de alternativas alimentares, as reuniões das associadas e outras atividades oferecidas pelo MMSG (curso de bordado, curso de crochê etc.), são desenvolvidas e executadas pelas senhoras que estão no MMSG desde a fase inicial da organização. Assim, são mulheres mais simples que permanecem na organização devido à relação que construíram com o MMSG ao longo dos anos. As executoras desses projetos realizam suas atividades de forma não remunerada, incluindo as atuais executoras da Rede de Apoio. Achemos importante ressaltar aqui a resposta que obtivemos de Dona Luzia, associada do MMSG, ao perguntar se ela já havia tentado trazer suas conhecidas para o Movimento: “Quem precisa manter a casa não pode participar do MMSG”. Essa declaração nos confirma a existência simultânea de dois “movimentos”. De um lado, existe o MMSG como uma grande organização, que possui profissionais qualificados e experientes. Do outro lado, vemos o MMSG que ainda guarda características de sua fase inicial, do qual participam mulheres humildes, que chegam e permanecem na organização exclusivamente pela compatibilidade com os ideais e valores do Movimento, além de apresentarem disponibilidade para contribuir com a comunidade de forma voluntária e desejo de se fortalecerem na convivência mútua. Em nenhum momento estamos inferindo que os profissionais qualificados não compartilhem dos ideais e valores do Movimento, porém a diferença se configura na relação profissional que essas pessoas possuem com a organização. Assim, conseguimos perceber que esses dois “grupos” trabalham de maneira distinta e o que configura o MMSG atualmente é a união dessas duas pontas.

4. Relações Externas

O MMSG envolve-se com diversas outras organizações de modo a constituir uma rede de garantia de direitos. Isso é possibilitado, principalmente, por que o movimento possui assento nos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres, da Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente; integra o Fórum ONG AIDS, a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente do Município de São Gonçalo e a Rede Mulher, instâncias das quais trataremos nos tópicos abaixo.

4.1. Conselhos Municipais

Esses órgãos foram criados a partir da Constituição promulgada em 1988, com o objetivo de fomentar a participação popular na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Constituem instâncias de negociação entre os representantes do poder público municipal, por meio das secretarias municipais, e a sociedade, representada pelas organizações da sociedade civil. Suas principais responsabilidades são aperfeiçoar a administração pública, auxiliando no planejamento, orientação e fiscalização nas questões pertinentes a cada conselho.

Em São Gonçalo, a iniciativa de criar conselhos para discutir as ações da prefeitura teve a influência do MMSG e este ainda participa ativamente dos conselhos da cidade até hoje, a exceção do Conselho Municipal de Saúde, que, segundo fomos informados, vem sendo ocupado por representantes das clínicas particulares e planos de saúde, atuando, dessa forma, de modo a impedir a real participação da sociedade.

4.1.1. Conselho Municipal de Direito das Mulheres (CMDM)

Esse conselho é composto por seis membros da sociedade civil e seis membros representando a prefeitura. Tem como principal objetivo vigiar e fiscalizar as políticas públicas para as mulheres. O Conselho é vinculado administrativamente à Secretária de Integração e Políticas para as Mulheres (SPM), porém é autônomo, ou seja, prevalece o que for decidido pela maioria no Conselho.

Na reunião ordinária que foi presenciada no dia 14 de julho de 2010, o conselho compôs dois editais. O primeiro, convidando as entidades, que comprovadamente atuem na área da mulher e que possuam condições específicas, para obter um registro do CMDM. Esse registro teria a validade de um “certificado” atestando que a entidade atua na promoção dos direitos da mulher, registro esse semelhante ao fornecido pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Para que o registro seja fornecido, as conselheiras visitarão as entidades e verificarão se elas estão em condições de serem certificadas. O segundo edital compreendia a convocação das organizações interessadas, que atuem na área da mulher, para participarem da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Mulher, a ser realizada em março de 2011.

O processo eletivo ocorre a cada dois anos, quando se dá a Conferência da Mulher. Nesse evento as entidades interessadas apresentam suas propostas e são escolhidas as seis entidades da sociedade civil que irão compor a próxima gestão do CMDM. As entidades mais votadas são eleitas e somente depois elas irão decidir entre si quem ocupará qual cadeira no Conselho (presidente, secretária, subsecretária).

4.1.2. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

O CMDCA é um órgão controlador e fiscalizador das deliberações voltadas ao atendimento à criança e ao adolescente no município. É formado por dez membros, seguindo a divisão mencionada anteriormente de metade pertencente ao poder público e metade sendo membros de organizações sociais. Atualmente o MMSG é representado por Mônica Sá no conselho. Este possui uma sede localizada sobre o Conselho Tutelar I e também um fundo cuja função é captar recursos para viabilizar políticas direcionadas ao público-foco, hoje este fundo está inoperante devido a burocracias administrativas.

4.1.3. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O CMAS foi fundado por Marisa Chaves, que o presidiu durante quatro anos. Nos sete anos seguintes, teve como presidente D. Oscarina Siqueira, que, atualmente, ocupa uma das cadeiras do conselho, tendo Camila, assistente social do NEACA, como sua suplente. O Conselho é responsável por fornecer o certificado às organizações não governamentais para que atuem na área da assistência social (nesse caso não precisam, necessariamente, ter técnicos de assistentes sociais trabalhando, mas prestar um serviço de assistência à comunidade). Esse registro é importante, pois processos licitatórios, e até mesmo empresas, pedem esse registro para o financiamento de projetos. Na reunião extraordinária do dia 9 de julho de 2010, da qual participamos, foram discutidos temas pertinentes aos gonçalenses, tal como as enchentes ocorridas em abril último e as providências tomadas pela Defesa Civil Municipal.

4.2. Comissão de Enfrentamento à Violência contra Criança, Adolescente e Mulheres

Devido à participação política ativa do Movimento, está sendo implementada em São Gonçalo uma ficha única de notificação compulsória da violência. O objetivo é conhecer os principais focos de violência e entender as causas da atual situação da segurança pública e ter dimensão do atendimento oferecido pelo Estado. A ficha em si é composta por duas folhas, seguindo o modelo utilizado pelo Sistema Único de Saúde, acrescido de perguntas referentes à escolaridade do usuário. Sempre que uma organização da rede suspeita de um caso de violência, é preciso preencher a ficha e encaminhar para quatro serviços competentes, para que as analisem e tomem as

providências necessárias: Conselho Tutelar, CREAS, Secretaria Municipal de Educação e Vigilância Epidemiológica (Saúde).

Essa comissão foi constituída com o objetivo de discutir, planejar e fiscalizar a implementação da Ficha Única de Notificação Compulsória no município. Atualmente, estão trabalhando para a aprovação do projeto de lei que obriga o preenchimento da ficha para a notificação de qualquer tipo de suspeita de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos. O atual projeto de lei aguarda sanção da prefeita para que entre em vigor, porém apresenta falhas na sua formulação que precisarão de adaptações no seu cumprimento ou emendas que garantam a correta execução. Por exemplo, no atual projeto não está determinado como deve ser o preenchimento dessa ficha (por quem ou como deve ser preenchida).

Havia apenas três participantes na reunião do dia 9 de julho e todos relacionados direta ou indiretamente com o MMSG. Isso evidencia mais uma dificuldade no trabalho: o não envolvimento de alguns órgãos públicos, como a própria área da saúde, que forneceu o modelo da ficha e o Conselho Tutelar, que argumenta que já possui muitas fichas a serem preenchidas em seus procedimentos internos, vendo essa como dispensável, uma vez que não é obrigatória. Outro problema encontrado é a dificuldade para criação de um software adequado para análise dos dados e preenchimento da ficha – já foi criado um software para o preenchimento, porém devido à complexidade acabou não sendo utilizado. O desejado é um programa de uso simples, que reproduza o layout da ficha para que seja realizado o preenchimento e converta os dados em informações estatísticas automaticamente.

Os dados contidos na ficha fornecem informações importantes para que o poder público elabore políticas de acordo com a necessidade da população, mas também são úteis para os movimentos sociais basearem suas ações e projetos. Também é possível observar, com a ficha, o fluxo de atendimento do cidadão (por onde está “entrando”, para onde está sendo encaminhada etc.) e, com isso, fazer adequações, se necessário.

4.3. Centro Especial de Atendimento à Mulher – Zuzu Angel (CEOM)

O MMSG tem uma forte atuação política, como pôde ser notado a partir dos tópicos anteriores, mas isso é mais facilmente visto, de fato, em ações como o Centro Especial de Atendimento à Mulher – Zuzu Angel (CEOM). O Centro originou-se a partir da percepção, por parte do MMSG, de que, com a inauguração da Delegação Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), aumentaria o número de denúncias de violência contra a mulher e que, conseqüentemente, haveria um aumento na demanda pelo serviço de orientação e atendimento psicológico às vítimas desse tipo de violência. O serviço já era oferecido pelo MMSG, mas com a previsão de aumento da demanda, sabia-se que o MMSG não tinha a estrutura necessária para sediar o projeto. Assim, Marisa elaborou o projeto e o Movimento se mobilizou para exigir da prefeitura uma política pública específica a fim de solucionar o problema do atendimento às mulheres vítimas de violência. Foi inaugurado em 26 de agosto de 1997, inicialmente como um órgão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e hoje está vinculado à Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, que por sua vez faz parte da Secretaria Municipal de Integração e Políticas para as Mulheres. Recentemente, o CEOM foi, formalmente institucionalizado pela lei municipal nº 164/2008, constando do Parágrafo sexto de seu Art. 3º, as atribuições da subsecretaria, como segue: “oferecer atendimento social psicológico, jurídico, educação e saúde às mulheres que se encontrem em situação de violência doméstica e/ou de gênero, através do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM), bem como remanejar as atuais dependências para o 1º Distrito Geográfico e criar 04 (quatro) filiais (01 por distrito); colaborando para a descentralização do atendimento supervisionando todas as suas atividades”.

Lucimare, atual coordenadora do Centro, trata desse fato como um ganho político muito importante, visto que agora o CEOM se tornou um órgão mais estável e menos dependente de novos prefeitos. “É mais difícil derrubar uma lei”, afirma a coordenadora do projeto.

O centro tem como objetivo atender as vítimas de violência doméstica, de gênero e/ou sexual, oferecer às mulheres ajuda e orientação nas áreas social, psicológica e jurídica, para que as vítimas consigam romper com o ciclo de violência. O seu maior diferencial em relação aos demais centros de atendimentos a mulheres do estado do Rio de Janeiro é a sua política oferecer atendimento aos agressores, ampliando as possibilidades de que esses

também se reabilitem e não reincidam em novos atos de violência. No início, organizavam também grupos de reflexão para os homens, geralmente os agressores, mas agora tais grupos estão sob a responsabilidade da Vara da Família da Justiça.

A coordenadora do CEOM, Lucimare, é também voluntária e associada do MMSG. Sua equipe é composta por uma advogada; cinco assistentes sociais; cinco estagiários; de serviço social; três psicólogos; cinco educadores e uma policial municipal, que faz a segurança. Ainda oferece, atualmente, cursos para a geração de renda e empoderamento das vítimas. Ao fim da visita realizada no dia 7 de julho de 2010, Lucimare conclui que “tudo que é polícia pública em São Gonçalo deve-se à atuação do Movimento de Mulheres”.

4.4. Subsecretaria de Políticas para as Mulheres

Como fruto do engajamento das mulheres do MMSG, foi sancionada em 29 de julho de 2008 a lei municipal nº 164/2008, que criou a Subsecretaria de Políticas para Mulheres e a ela vinculou o CEOM. No texto da lei consta a transferência das atividades realizadas, desde 2007, pela Coordenadoria de Políticas para as Mulheres para a nova subsecretaria, o que compreende o desenvolvimento de ações conjuntas com todas as secretarias, fundações e órgãos públicos, que compõem a estrutura da administração pública direta e indireta. O maior desafio da nova subsecretaria é a incorporação das especificidades femininas na formulação de políticas públicas. Desde a sua criação, a subsecretária é Marisa Chaves, comprovando a influência direta do MMSG e da própria Marisa na garantia dos direitos da população local.

Além da subsecretária, a subsecretaria conta com um coordenador de Planejamento, supervisão e monitoramento de programas; um coordenador de sistemas de informação, que promove e coordena pesquisas, estatísticas e diagnósticos das questões relacionadas à mulher; e um coordenador de prevenção e capacitação continuada, que é responsável pela realização de campanhas, produção de materiais informativos e sócio-educativos, promoção e realização de cursos de sensibilização e capacitação na área dos direitos humanos e gêneros.

A subsecretaria organizou, no dia 15 de julho, o Seminário de Políticas para as Mulheres, que contou com a presença dos principais atores da Rede de Proteção à Mulher. Estavam presentes diversas organizações que lutam pelos direitos das mulheres e personagens importantes da política local, como a prefeita Aparecida Panisset, o vice-prefeito Jorge Aranha e a deputada estadual Beatriz Barros.

O seminário versou sobre a transformação da mulher ao longo do tempo, e o que se tem feito nessa área; sobre a questão dos idosos e das idosas, a drogadicção feminina e a sexualidade. Os palestrantes eram nomes de grande credibilidade, seja pelo contato com o público presente, como o caso de Marisa, ou pela qualificação técnica – professores da UERJ.

5. Relações Informais do MMSG

Uma característica muito forte, que ajuda o desenvolvimento do MMSG, são as relações informais entre seus membros e os membros de outros órgãos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente ou da Rede de Proteção à Mulher. Marisa Chaves tem um papel fundamental no Movimento, pois desenvolveu a maioria dos projetos, conseguiu os financiamentos e gerencia sua execução. Ao mesmo tempo, ela tem uma grande atuação política e é a responsável por diversas mudanças no cenário público gonçalense, tornando-se um ícone a todos aqueles e todas aquelas que lutam pelos direitos humanos. Essa atuação dupla possibilitou que Marisa tivesse em sua rede de relacionamento os atores mais importantes da área pública e da sociedade civil. Essas relações ajudam Marisa a fazer pressão política, para a implantação de políticas públicas para o município de São Gonçalo e a expandir a atuação do MMSG.

O Movimento também atua fazendo o que elas chamam de ‘busca ativa’, o que se dá quando um caso grave de violência contra a mulher ocorre no município e adjacências. Então, o MMSG vai atrás da vítima e oferece ajuda a fim de garantir seus direitos. Um dos casos mais marcantes é o de uma comerciante que teve 80% de seu corpo queimado pelo seu ex-marido, quando estavam se divorciando. O caso saiu nos jornais e Marisa foi ao encontro

da comerciante no hospital, apoiou a família da vítima e disponibilizou toda a ajuda necessária. Atuando como voluntária, a Dra. Mariana Viero, advogada do NEACA acompanha o caso, oferecendo auxílio jurídico à vítima e familiares. Um ano após o incidente, Marisa conseguiu que a comerciante passasse por uma cirurgia plástica, para descolar o pescoço do tronco e as juntas dos braços, junto à equipe do Professor Ivo Pitanguy. As relações informais são essenciais para que casos como esse ganhem visibilidade e, de alguma forma, ajudam a pressionar o poder público a dar mais atenção à questão dos direitos da mulher.

6. Considerações Finais

Ao longo dos vinte anos de atuação do Movimento de Mulheres de São Gonçalo muitas mudanças já foram alcançadas. O MMSG teve um papel fundamental na consolidação de uma estrutura adequada de serviços públicos estatais e não-estatais na área das mulheres, da criança e do adolescente no município em que atua. Auxilia a população de São Gonçalo a garantir seus direitos não apenas pelas atividades que exerce como organização não governamental, mas também com o posicionamento político diante das demandas por melhores serviços públicos para a população, o que o caracteriza como um movimento social nos moldes apregoado por Alexander (2006).

Se pudéssemos deixar uma contribuição ao Movimento, a partir de nossas observações e experiências vividas ali, colocaríamos a necessidade de buscar fontes alternativas de captação de recursos. Atualmente, o MMSG utiliza apenas recursos provenientes de editais de projetos, ou seja, não existe aquilo que poderíamos chamar de ‘recursos institucionais’, que seriam a verba necessária para financiar os custos administrativos da organização, aqueles não vinculados a projetos. Para mudar esse quadro, o Movimento poderia desenvolver um projeto para a captação institucional, esta pode ser feita de três maneiras distintas, desenvolvimento e venda de produto ou serviço, captação direta com pessoa física ou com empresas privadas. Por exemplo, e isso é apenas o rascunho de uma ideia, o Movimento poderia propor algo parecido com um projeto, digamos, “Amigos do MMSG”, em que buscaria apoio financeiro tanto de pessoas físicas como de empresas, que poderiam contribuir com uma parte da parcela dedutível do imposto de renda. Com esse projeto, poderia também buscar apoio dos meios de comunicação local, para que pudessem divulgar o “Amigos do MMSG”, ao público e empresas do município e adjacências. Sabemos que a captação de recursos institucionais não algo simples, e que os *grantmakers*, no geral, preferem financiar projetos e não a organização em si. Mas, pelo volume de projetos que o MMSG administra e por sua importância no cenário público gonçalense, acreditamos que algo deva ser feito nesse sentido.

O MMSG passa atualmente por um processo de transição, está deixando de ser apenas um movimento social reivindicador de direitos e tornando-se cada vez mais uma organização social mobilizada na busca de soluções para os problemas sociais identificados, respeitado o escopo de seu objeto social. Em algum momento no passado, o MMSG optou pela ampliação de sua área de atuação, passando a defender os direitos sociais de forma mais abrangente, não se limitando apenas às questões de gênero. Ao que nos parece, essa foi uma decisão muito acertada, dado o desempenho que tem alcançado na execução de seus projetos. Pelas nossas observações, o movimento tem um grande potencial de crescimento e não justifica focar-se em apenas algumas ações, logo a profissionalização é uma consequência do processo. Mas, para isso, precisará de recursos, processos, metas e planos, como todas as organizações. Essa constatação, necessariamente, reforça a ideia de que o Movimento precise criar meios para a captação de recursos institucionais.

7. Bibliografia

ALEXANDER, J.C. **The civil sphere**. New Work: Oxford University Press, 2006.

GOULART, J. **30ª Reunião da Rede Mulher**. Disponível em <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=2603&tipoNoticia=Desenvolvimento%20Social>. Último acesso em 19 ago., 2010.

JÚNIOR PÚBLICA FGV. **Manual de Consultoria: captação de recursos**. 1º sem. 2009.

MENDONÇA, A. M. **Transformações Sócio-econômicas no eixo Niterói - Manilha em São Gonçalo/RJ.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

RAMOS, T. **Uma cidade em constante transformação.** Disponível em <<http://www.osaogoncalo.com.br/e-sg+119+anos/2009/9/23/2271/uma+cidade+em+constante+transformacao>>. Último acesso em 19 ago. 2010.

Sites Visitados

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

http://www.movimentomulheressg.com.br/fotos_cursos.html